



Página Cultural

Publicações • Temas • Ilustrações • Textos

Ano IX - Número 97 • Periodicidade: Última 4.ª feira do mês
Coordenação de: Álvaro Arranja, António Chitas e Daniel Pires

MORADORES de SETÚBAL na REVOLUÇÃO de ABRIL

Em 1974 e 1975, a Revolução de Abril abriu as comportas de uma torrente social, durante décadas reprimida. O povo, como nas caricaturas de Bordalo Pinheiro, sacudiu a canga e tornou-se protagonista, surpreendendo o poder político e económico. Os movimentos populares ultrapassaram enquadramentos partidários, sindicais, religiosos ou outros.

Comissões de moradores, trabalhadores, soldados e marinheiros, empresas ocupadas em autogestão, cooperativas e outras formas organizativas, surgiram por todo o país, sendo mais numerosas em zonas com uma tradição histórica de lutas sociais, como é o caso de Setúbal.

Apenas quinze dias após o 25 de Abril de 1974, dão-se em Setúbal as primeiras ocupações. Habitantes de casas degradadas da Cova do Canasto, ocupam habitações vagas do Bairro Marcelo Caetano, bairro de "casas económicas" construído nos últimos anos da ditadura.

AS COMISSÕES DE MORADORES

Um dos movimentos populares mais significativos no pós-revolução, foi o aparecimento das comissões de moradores. Em Setúbal este movimento vai ter grande expressão. Embora possa ter havido casos de manipulação partidária, estas comissões são na sua grande maioria a expressão genuína de aspirações locais, fruto de um momento histórico no qual as populações sentem que, face a um enfraquecimento do poder do Estado, é possível construir alternativas ligadas à resolução dos seus problemas concretos.

A imprensa (os jornais de Setúbal *O Setubalense* e *Nova Vida*) começa a referir-se a estas organizações em 22 de Julho de 1974, mencionando a eleição da Comissão de Moradores do Bairro da Azeda. Em 18.2.75, constituem-se as Comissões de Moradores do Bairro da Liberdade e do Bairro do Castelo Velho, sendo as primeiras a legalizar-se e a inserir-se no SAAL.

A 23 de Julho de 75, é eleito um Secretariado das Comissões de Moradores, do qual fazem parte os bairros 25 de Abril, Monte Belo, Baptista/Tebaida, Quatro Caminhos, Reboreda, Amoreiras, Pescadores,

Humberto Delgado, Maltalhado e Azeda.

Nas páginas d' *O Setubalense*, um conjunto de reportagens dão-nos conta do trabalho de muitas comissões de moradores de Setúbal.

Em 13.8.75, fala-nos da Comissão de Moradores do Bairro dos Pescadores. Um elemento da Comissão declara que "o Tenreiro isolou os pescadores em bairros, mas nós queremos acabar com o ghetto e criar um ambiente novo".

No Bairro Salgado, em 20.8.75, o jornal refere a ocupação de um edifício no qual foi instalado um infantário.

No Bairro Humberto Delgado, a Comissão de Moradores dinamizou a construção de zonas ajardinadas e de um parque desportivo. Publica um jornal, a *Voz do Nosso Bairro*, e tem por objectivo realizar cursos de alfabetização e organizar uma biblioteca.

A Comissão de Moradores do Bairro Alves da Silva ocupou uma antiga fábrica de conservas abandonada, para instalar um Centro Cultural e uma creche. A velha fábrica é limpa, removendo-se o lixo e as máquinas há muito abandonadas. Um elemento desta comissão, declara ao jornal em 9.7.75 que "as Comissões de Moradores e de Trabalhadores terão de arrancar para tomar conta do poder".

No Bairro de Troino, as habitações degradadas são o principal problema. A Comissão de Moradores declara estar a tentar resolver o problema do Pátio do Sérgio, tentando obrigar a senhoria a fazer obras. Ocupou, em conjunto com outras organizações, as antigas instalações da Mocidade Portuguesa, onde foi instalada a Casa da Cultura.

Ligada à acção das comissões de moradores, esteve a luta dos "500\$00". Em 30 de Maio de 75, numa reunião de inquilinos foi decidido limitar as rendas de casa na cidade a 500\$00 por assoalhada. Perante a oposição dos senhorios, os aderentes a esta luta passaram a depositar a renda na Caixa Geral de Depósitos. Em 28 de Junho de 75, uma notícia informa que já estão feitos mais de 3000 depósitos de inquilinos aderentes a esta luta. A 14 de Julho de 75 um inquilino é julgado em tribunal e tem a solidariedade dos moradores da cidade, em



manifestação à porta do Tribunal.

O PODER POPULAR

No Verão de 75, as reivindicações parcelares das comissões de moradores ou de trabalhadores são gradualmente substituídas por um projecto global de tentativa de reorganização do poder político. A 21 de Junho de 1975, o Conselho da Revolução, no seu Plano de Acção Política, considera que "a associação futura desses órgãos unitários populares poderá vir a constituir embriões de órgãos ou assembleias locais representativas dos interesses das populações".

Em Setúbal, este projecto político alternativo é posto em prática com a formação do *Comité de Luta* em 30 de Setembro de 75. O *Comité de Luta* é eleito por todas as comissões de moradores, de trabalhadores e de soldados da cidade, e assume-se como um verdadeiro órgão de poder.

Em 5 de Novembro de 75, *O Setubalense* relata uma reunião do *Comité de Luta*, na qual são discutidos desde a tentativa

de saneamento de um militar progressista no Regimento de Infantaria de Setúbal, a temas de urbanismo como a ocupação de casas e definição de rendas ou a coordenação com o projecto SAAL, até à organização de um Tribunal Revolucionário.

No auge deste forte movimento, os acontecimentos de 25 de Novembro vão impor um refluxo no poder popular e no projecto político alternativo assente na democracia directa.

Em Setúbal, um grande número de comissões de moradores e trabalhadores continuará a sua actividade, mas o reforço do poder do Estado limitará decisivamente a sua acção. É simbólico o abandonar da designação de *Comité de Luta* em 29 de Março de 1976, substituído por Secretariado das Comissões de Moradores e de Trabalhadores.

Era o princípio do fim de um período histórico. Porém, podemos afirmar que apesar de não terem produzido rupturas definitivas ou irreversíveis na estrutura social, comissões de moradores, trabalhadores e soldados, empresas ocupadas em autogestão, co-

EDITORIAL

Em 25 de Abril de 1974, punha-se termo a uma ditadura de quase 50 anos, devolvendo-se aos Portugueses a "Liberdade querida e suspirada", no dizer do imortal vate setubalense Manuel Maria Barbosa du Bocage.

Decorridos 34 anos sobre a 'Revolução dos Cravos', importa recordar o ambiente que se viveu em Setúbal durante o PREC (Processo Revolucionário em Curso), época plena de entusiasmo, esperança e emoção.

Revisitar um tempo partilhado e vivido por muitos de nós, é o que nos propõem os historiadores Álvaro Arranja e António Chitas.

NOTÍCIAS DO CEB

Realizou-se no dia 18 de Maio, na Biblioteca Municipal de Setúbal, uma conferência intitulada "O Assassinato do Rei D. Carlos". Jorge Morais, biógrafo do monarca, equacionou, com rigor, as contradições então existentes e o contexto político-social da época. No dia 17 de Maio, pelas 16 horas, na Biblioteca Municipal, será inaugurada a exposição "António Gedeão / Rómulo de Carvalho, o Poeta e o Professor", no âmbito da apresentação do acervo do futuro Museu Escolar, que o Centro de Estudos Bocageanos pretende fundar. Às 17 horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Setúbal, Frederico Carvalho, filho do escritor, fará uma conferência sobre o mesmo tema, Manuel Freire cantará, entre outras canções, a "Pedra Filosofal" e Ana Paula Rosa dirá a poesia de António Gedeão.

operativas e outras formas organizativas, marcaram a Revolução de Abril.

Na Setúbal de 74-75, o povo ousou construir um esboço de sociedade alternativa que, embora não concretizado, se destaca na memória histórica das lutas populares do século XX português.

ÁLVARO ARRANJA

A Revolução de Abril nas páginas d' "O Setubalense"

Para que não se perca a memória duma época única da história recente de Portugal, aproveitamos as comemorações dos trinta e quatro anos do 25 de Abril para recordar factos então ocorridos na cidade de Setúbal, relatados no jornal "O Setubalense".

MANIFESTAÇÃO POPULAR - "Sexta-feira, dia 26 de um Abril glorioso (...) praça de Bocage repleta de uma multidão compacta, quase ainda incrédula com o momento que estava a passar". Era assim que Rogério Severino começava uma notícia publicada nas páginas d' "O Setubalense" de 29 de Abril de 1974, dando conta das primeiras reacções na cidade à revolução que tinha ocorrido dias antes.

E continuava: "Era algo de diferente; não havia o ambiente das manifestações, com bandeirinhas e fotografias; não havia a obrigação de gritar isto ou aquilo. Estava-se ali, a hora assim o exigia", porque, ao som do hino nacional, empunhavam-se também cartazes "onde se podia ler 'Povo quer o julgamento dos crimes da PIDE', 'Fim à guerra', 'Viva a liberdade', 'Vivam as forças libertadoras', 'Abaixo a PIDE assassina' e tantos outros", à frente dos quais seguia "Adílio Costa, candidato pela CDE às últimas eleições", que tinha saído nesse mesmo dia de Casias.

O tom da prosa, opinativo e repleto de adjetivos, dava bem conta do sentimento também do jornalista, que terminava o trabalho de reportagem com um "Viva Portugal!".

MILITARES - No mesmo dia, outra notícia relatava "manifestações de júbilo à passagem dos militares por Setúbal". Podia ler-se que "colunas de militares que participaram no movimento histórico do dia

25 de Abril" e se deslocaram para as suas unidades no Sul "foram vitoriosamente aclamadas pela população sadina, quando da sua passagem por Setúbal. Flores, maços de cigarros e muitas ofertas adornaram as viaturas onde seguiam os briosos e valentes militares que ajudaram a libertar o país do regime fascista."

PIDE E LEGIÃO - A 29 de Abril de 1974, "O Setubalense" dava destaque a uma notícia sobre a tomada, pelas forças militares, das sedes da Legião Portuguesa e da PIDE/DGS na cidade. Explicava-se que tal tinha ocorrido a pedido do Movimento Democrático do Distrito de Setúbal, tendo sido apreendida "grande quantidade de armamento" pertencente à Legião, para além de mobiliário e arquivo. Por outro lado, ante "uma multidão hilariante com a vitória", tinha sido ocupada a sede da "ex-sinistra polícia política, PIDE/DGS", embora antes desta acção, antigos agentes tenham conseguido "queimar alguns documentos", e fugido de seguida.

O jornalista continuava, dizendo que "suspeitando da existência, nas caves do edifício, de possíveis ex-agentes escondidos, a multidão não arredou do local," tendo-se ali mantido três dias, sem qualquer desmentido ou confirmação. Dois indivíduos foram depois detidos por suspeitas de terem pertencido à PIDE, respectivamente, um por "proferir frases contra a Junta de Salvação Nacional", pelo que foi "agredido pelo povo"; e outro "por trajar civilmente e ser portador de uma pistola".

Na notícia pedia-se a denúncia de ex-agentes da PIDE, frisando que tal só deveria acontecer quando existissem provas e, numa atitude própria da época de euforia que se vivia em Portugal, terminava-se o texto com um "confiamos no povo, Viva

Portugal!".

DETENÇÕES - Curiosamente, a 22 de Maio "O Setubalense" anunciava as detenções, em Setúbal, de "ex-PIDES", acusados "de serem agentes ou bufos". Tudo aconteceu numa acção em que "massas volumosas da população assistiram e procuraram ter parte activa". Os detidos seguiram para Lisboa para serem presentes às autoridades.

1º DE MAIO - O primeiro 1º de Maio após o 25 de Abril de 1974 ficou na memória de muita gente como a maior festa popular espontânea que o país tinha vivido em muitos anos. A 29 de Abril desse ano, "O Setubalense" dava conta que tudo levava a crer que a Junta de Salvação Nacional, presidida por António de Spínola, decretaria feriado nacional esse dia, embora tal ainda não fosse certo. Explicava-se que durante muito tempo "o direito à comemoração daquela data não era reconhecido pelos ex-governos de Salazar e Marcelo Caetano, privando assim a massa trabalhadora de usufruir de uma das suas mais legítimas regalias", pois "só a classe das artes gráficas tinha o privilégio de festejar tal data".

Na mesma edição, mas como notícia de última hora, no entanto, já surgia a confirmação, chegada à hora de fecho de jornal, que a Junta de Salvação Nacional tinha mandado para publicação no "Diário do Governo", o decreto que reconhecia em Portugal o 1º de Maio como feriado nacional, dando "pleno reconhecimento a uma antiga aspiração dos trabalhadores portugueses e colocando-os em pé de igualdade com os de outras nações".

COMÍCIOS - A 3 de Maio, nas páginas d' "O Setubalense" relatava-se precisamente o que tinha sido esse 1º de Maio, nomeada-

mente com o comício que encheu o pavilhão do Clube Naval com "toda uma massa operária" que ostentava "distícos variados, bandeiras multicolores, a Bandeira Nacional e a do Partido Comunista Português".

Nesse comício, um dos intervenientes afirmou que competia ao povo português "a construção da sua liberdade", tendo outros pedido "o fim da Guerra Colonial, regresso imediato dos soldados, independência das colónias, direito de voto aos 18 anos, luta contra os monopólios e capitalismo, total liberdade sindical, direito à greve, aumento imediato dos salários, administração da Previdência pelos trabalhadores, extinção total da ex-PIDE/DGS e julgamento de Marcelo Caetano".

Os presentes foram, também, instados a serem continuadores do 25 de Abril, "nas fábricas, ruas, cafés, nas Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais e Governos Cívicos, no Governo da nossa Nação". Um dos muitos oradores usou da palavra para defender a igualdade de direitos entre homens e mulheres. No final, "toda a assistência cantou com José Afonso a sua muito conhecida canção 'Grândola Vila Morena'".

CENSURA - A 13 de Maio de 1974, uma pequena notícia dava conta do "sentimento de emoção, de regozijo" do jornal informar os leitores que, por determinação da Junta de Salvação Nacional, a censura aos espectáculos era abolida no nosso País, podendo, a partir dessa altura, "ser exibidos todos os filmes e levadas à cena todas as peças de teatro nas suas versões integrais".

A 25 do mesmo mês, um texto de Vítor Cardoso falava da "liberalização na RTP", que estava a permitir um caminhar para

"uma programação válida, actuante, desmistificadora e popular, para uma maior penetração cultural entre os portugueses". Sinal disso mesmo era o "Telejornal", "acessório indispensável a todo o democrata".

No mesmo dia, anunciava-se que a direcção do Teatro Nacional de S. Carlos tinha decidido, finalmente, "abolir a obrigatoriedade do traje de rigor que sempre persistiu nos espectáculos de estreia", permitindo qualquer indumentária aos interessados em assistir.

GUERRA COLONIAL - Também em Maio, mas no dia 27, "O Setubalense" publicava uma carta assinada por "soldados da Guiné", que relatavam a forma como tinham "vivido ansiosamente" os acontecimentos verificados em Portugal, mesmo "descobrendo muitos factos". Apelavam para que as famílias não ficassem caladas "quando os seus filhos, irmãos e maridos" iam para a guerra ou nela "continuavam a ser mortos, mutilados". Pediam, portanto, para que se envidassem esforços no sentido de acabar com a guerra colonial.

A 3 de Julho, por outro lado, noticiava-se uma reunião realizada no "Stella Maris" sobre o colonialismo. "Se quebramos as correntes de uma ditadura fascista de 48 anos, temos de quebrar também as correntes da ditadura colonialista de 400 anos. A liberdade é um direito que todos têm e não apenas alguns", escrevia o jornalista Manuel Abrantes.

António Chitas

(Súmula de textos publicados no jornal "O Setubalense", entre Março e Maio de 2004, no âmbito das comemorações locais dos "30 anos da 'Revolução dos Cravos'").